

# Revista enfRentamento

Ano 03, nº 05, Jul./Dez. de 2008

ISSN 1983-1684



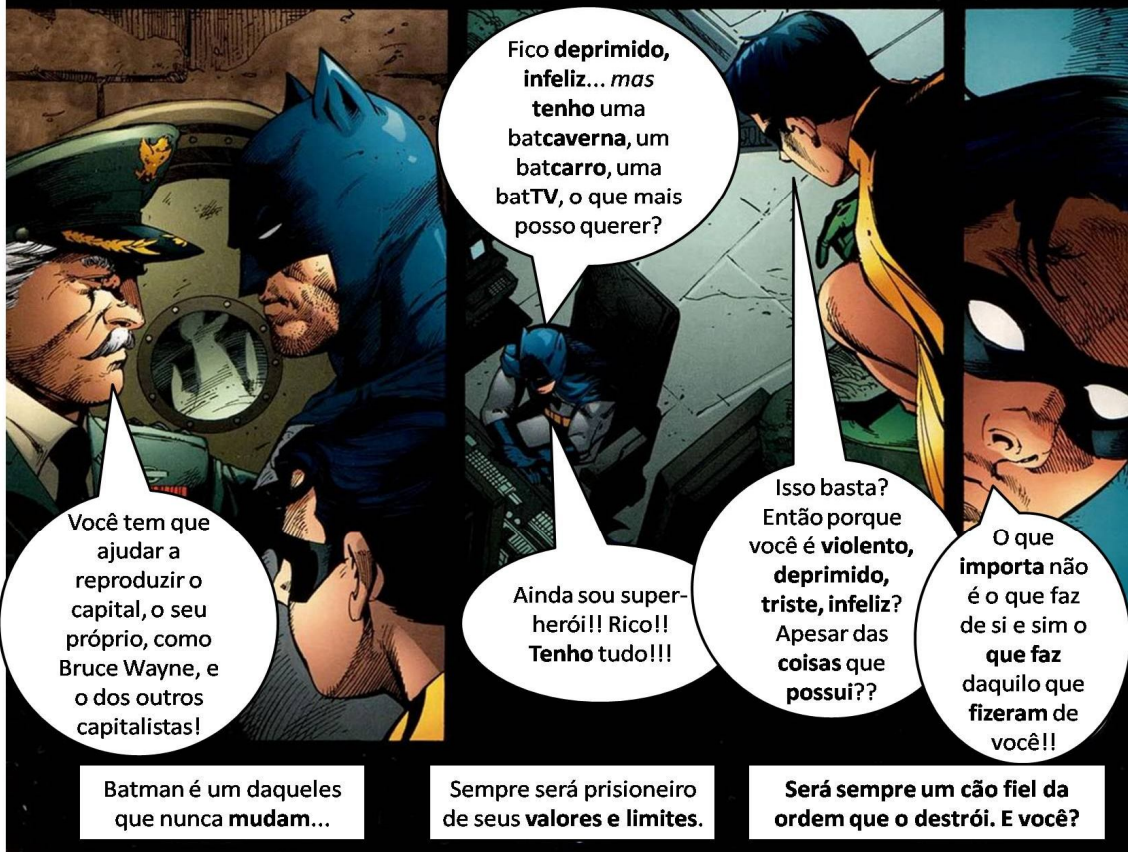
O que estão fazendo comigo Robin?

Simples Batman, estão controlado sua mente para você defender os poderosos!!!

A dominação burguesa se fundamenta na hegemonia burguesa e no aparato repressivo.

A mentalidade dominante é a mentalidade da classe dominante, com seus valores, concepções, sentimentos.

Batman foi produzido antes de ser o que é: aliado do sistema repressor (policial, manicomial, estatal, cultural).



Fico deprimido, infeliz... *mas* tenho uma batcaverna, um batcarro, uma batTV, o que mais posso querer?

Você tem que ajudar a reproduzir o capital, o seu próprio, como Bruce Wayne, e o dos outros capitalistas!

Ainda sou super-herói!! Rico!! Tenho tudo!!!

Isso basta? Então porque você é violento, deprimido, triste, infeliz? Apesar das coisas que possui??

O que importa não é o que faz de si e sim o que faz daquilo que fizeram de você!!

Batman é um daqueles que nunca mudam...

Sempre será prisioneiro de seus valores e limites.

Será sempre um cão fiel da ordem que o destrói. E você?

# Revista Enfrentamento

## ÍNDICE

## EXPEDIENTE

P  
Á  
G  
I  
N  
A

03	<b>A Unidade entre Luta Cultural e Luta Política</b>	Revista Enfrentamento
04	<b>Breve História do Neoliberalismo</b>	Nildo Viana
11	<b>Estado e Revolução Cubana: Estatização dos Meios de Produção e Exploração dos Trabalhadores (1959-1962)</b>	Rafael Saddi
19	<b>Comunismo de Conselhos e Crítica ao Bolchevismo</b>	Lucas Maia
28	<b>O Grupo Comunista Internacionalista da Holanda</b>	Anton Pannekoek

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário. A revista não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos assinados, que são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os interessados em enviar colaborações devem fazê-lo via e-mail e seguindo as normas de publicação da revista. O e-mail para envio é: [enfrentamento@yahoo.com.br](mailto:enfrentamento@yahoo.com.br). As normas são: texto digitados em Word for Windows, com no máximo 10 páginas, espaço 1,5, margens padrão do Word, fonte Time New Roman, 12. A revista se preserva o direito de publicar os artigos de acordo com seus critérios políticos e de qualidade. Qualquer caso omissos será resolvido por seu conselho editorial.

Conselho Editorial:  
Lucas Maia dos Santos  
Nildo Viana  
Veralúcia Pinheiro

Revista Enfrentamento, ano 03 nº 05 Jul/Dez. de 2008.

<http://movaut.ning.com/page/revista-enfrentamento>  
[enfrentamento@yahoo.com.br](mailto:enfrentamento@yahoo.com.br)

# A unidade entre luta cultural e luta política

*Revista Enfrentamento*

Este editorial tem um único objetivo: demonstrar que a luta cultural é uma unidade com a luta política. A luta de classes opera cotidianamente na esfera da produção, vez ou outra no desenvolvimento das lutas operárias, esta vai além da mera resistência espontânea e isolada e passa a se expressar um conteúdo revolucionário. Quando isto ocorre, as bases da sociedade inteira como está organizada é ameaçada. Num momento destes, a efervescência de idéias, a produção de novas concepções sobre a vida, sobre o mundo, sobre as artes, sobre cultura de um modo geral se modificam. Como diria Pannekoek, na sua grande obra “*Os Conselhos Operários*”, a revolução proletária é sobretudo uma revolução do espírito. A produção de novas relações sociais é simultaneamente a produção de novas concepções sobre a realidade.

Em momentos de estabilidade da produção capitalista, a produção cultural tende a se tornar cada vez mais conservadora, reproduzir com muito mais frequência as ideologia, valores e mentalidades inerentes à sociedade existente. São poucos, muito poucos os grupos e indivíduos que conseguem compreender o momento de recrudescimento da luta concreta da classe trabalhadora e expressar, neste contexto, ainda uma concepção revolucionária. Como Pierre Fougereyrollas alguma vez: não é impressionante que Marx tenha se tornado um revolucionário na década de 1840, culminando com o *Manifesto Comunista* de 1848, período no qual o proletariado logrou grandes batalhas, mas sim que ele tenha se mantido revolucionário durante as décadas de 1850 e 1860, período de grande recuo da luta revolucionária do proletariado, que só veio a ressurgir novamente em 1871 com a

Comuna de Paris. Ou seja, uma coisa é defender concepções revolucionárias num momento revolucionário, outra muito diferente, é colocar a inteligência e a ação para funcionar de um ponto de vista radical em momentos de recuo da luta operária.

Este enfrentamento que agora o leitor tem em mãos é uma tentativa de expressar o mais claramente possível a perspectiva do proletariado num momento no qual este encontra-se completamente subordinado à lógica do capital. Estes textos que agora o leitor tem em mãos não é expressão da consciência empírica do proletariado, mas sim, do ser de classe do proletariado. A “Breve História do Neoliberalismo” de Nildo Viana, O “Estado e a Revolução Cubana” de Rafael Saddi, “O Comunismo de Conselhos e a Crítica ao Bolchevismo” de Lucas Maia e “O Grupo Comunista Internacionalista da Holanda” de Anton Pannekoek, publicado originalmente em 1947 e traduzido por Nildo Viana visam dar uma contribuição neste sentido.

A luta cultural é portanto um instrumento político fundamental do proletariado. Como já afirmava Marx, devido ao seu ser de classe, às condições materiais de sua existência e à sua situação geral no interior da sociedade burguesa, o proletariado só tem compromisso com a verdade. A luta cultural pode se expressar nos mais variados âmbitos: produção artística em geral (música, poesia, prosa, escultura, pintura etc.) e na produção teórica em particular. Este número da *Enfrentamento* é uma contribuição teórica no sentido de apresentar a perspectiva proletária. Nosso único compromisso é com a luta revolucionária do proletariado, com mais ninguém.

# BREVE HISTÓRIA DO NEOLIBERALISMO

*Nildo Viana*  
[nildoviana@terra.com.br](mailto:nildoviana@terra.com.br)

A história da humanidade é marcada por mudanças, evoluções, rupturas. A sucessão de modos de produção é expressão deste processo. Em cada modo de produção também há mudanças, evoluções, rupturas. Isto ocorre com todos os modos de produção e também com o capitalismo. A sucessão de regimes de acumulação demonstra o processo de transformação no modo de produção capitalista. Porém, um regime de acumulação também não é estático, é histórico e caracterizado por alterações e isto vale para os seus elementos componentes. O neoliberalismo, assim como qualquer outra formação estatal capitalista, não é algo estático e a-histórico. O neoliberalismo também sofre alterações com o desenvolvimento histórico. Sendo assim, adquire importância tentar observar as mudanças ocorridas no Estado neoliberal, desde suas origens até os dias atuais.

## **As Origens do Neoliberalismo**

Para alguns, o neoliberalismo teria sua origem na década de 1940. Seria nesta época que surgiria as ideologias produzidas por Hayek e Rawls, entre outros. No entanto, esta época era a do Estado integracionista, vulgo do “bem estar social”, um antípoda do Estado neoliberal. Nesse contexto, o neoliberalismo era apenas uma ideologia. Assim, o que se pode dizer é que nesta época surgiu a ideologia neoliberal, mas não o Estado neoliberal. Pensar que o Estado neoliberal foi a mera aplicação desta ideologia é outro equívoco a ser evitado. Trata-se de uma concepção idealista e nada dialética. A ideologia neoliberal produzida nos anos 1940 é retomada, assim como outras são produzidas, para atender às novas necessidades do capital.

As origens do neoliberalismo estão muito mais nas transformações do capitalismo do que no reino nebuloso das ideologias. O modo de produção capitalista

é a fonte explicativa para as transformações estatais e ideológicas e não o contrário. A idéia de totalidade, exigência metodológica fundamental, é abandonada por concepções que enxergam o Estado capitalista numa suposta evolução imanente, assim como os idealistas fazem com a história das idéias.

A necessidade da acumulação capitalista e suas dificuldades (tendência declinante da taxa de lucro, luta operária) são fundamentais para explicar a emergência do neoliberalismo. O toyotismo contribuiu com a recuperação do Japão e proporcionou um novo modelo de organização do trabalho que foi copiado, posteriormente, no contexto das novas necessidades do capital a partir da década de 1980, pelos países capitalistas imperialistas. O modelo Toyota, forma específica instaurada no processo de valorização (relações de trabalho), proporcionou a base da chamada reestruturação produtiva e sua generalização mundial que se inicia nos países de capitalismo imperialista e atinge, de forma diferenciada, os países de capitalismo subordinado. Um novo regime de acumulação se instaura e este exige uma nova formação estatal, o neoliberalismo. A crise do regime de acumulação anterior, fundado no fordismo, estado integracionista e imperialismo oligopolista transnacional, expressa na queda da taxa de lucro médio (Harvey, 1992) e nas lutas sociais em todo mundo (Viana, 1993; Viana, 2008), com destaque para as lutas operárias e estudantis na Itália e França, produziu a necessidade de transformação do regime de acumulação.

A emergência do neoliberalismo é a resposta a este processo de crises do regime de acumulação anterior, sendo manifestação do novo regime. O capitalismo busca alternativas no sentido de superar as crises e dificuldades encontradas e estas não terminaram com a derrota de maio de 1968

em Paris, pois as lutas continuavam existindo, enfraquecidas em alguns países, mais ainda influentes em outros, tal como no caso de Portugal e a Revolução dos Cravos até chegar ao da Polónia de 1980. Porém, a crise do petróleo e outros tropeços do capitalismo também dificultavam a situação.

O trilateralismo era a tentativa que já anunciava o futuro, o regime de acumulação integral, mas ainda não o expressava integralmente. A década de 1970 foi um tempo de transição, no qual o antigo regime de acumulação (intensivo-extensivo) ainda era hegemônico, mas embriões do novo regime de acumulação já existiam. O principal embrião do novo regime de acumulação que já estava presente no trilateralismo é a ênfase repressiva no papel do Estado e na exploração internacional (fora do âmbito do regime de acumulação, no plano cultural, se desenvolvia o pós-estruturalismo, por exemplo).

A chamada Comissão Trilateral (Assmann, 1979) foi uma tentativa de evitar o aprofundamento da crise ainda no interior do regime de acumulação intensivo-extensivo e seu fracasso provocou a instauração do regime de acumulação integral, cujo objetivo é aumentar a exploração, nacional e internacional. O trilateralismo é o último suspiro do regime de acumulação intensivo-extensivo e, ao mesmo tempo, o anunciador do novo regime de acumulação. O que o trilateralismo anuncia do novo regime de acumulação? Ele anuncia a necessidade de aumento da exploração internacional e da repressão para conseguir concretizar este objetivo:

O mundo industrializado começa a se amedrontar e a tomar precauções diante de uma união mais efetiva dos países pobres. O 'trilateralismo' elabora uma resposta histórica. O 'trilateralismo' não quer transformações demasiados radicais, porém tampouco permanece imóvel. Chegou à conclusão de que é necessário mudar algumas coisas importantes. No entanto, não se deverá alimentar muitas ilusões; pretende reformar o sistema para salvá-lo. Com a oportuna concessão no que se refere a

alguns itens, quer momentaneamente acalmar o Terceiro Mundo e evitar um confronto que venha fazer naufragar o 'livre comércio' e a 'livre empresa', que até agora tem gerado dividendos tão suculentos para os países ricos (Siste e Iriarte, 1979, p. 173).

O processo de intensificação da exploração mundial é o objetivo, mas não no discurso. Este é um dos problemas dos analistas da Comissão Trilateral, pois ficam presos ao discurso sem perceber o que está por detrás dele. A preocupação com o chamado "Terceiro Mundo" é mais do que uma precaução. Trata-se de realizar uma política preventiva aos possíveis efeitos de uma política de espoliação ainda maior. Este processo, aliado com o neofordismo, o processo inflacionário galopante e a pressão das dívidas externas, marcam esta etapa transitória e fracassada do regime de acumulação anterior, mas que deixou elementos que seriam desenvolvidos pelo regime de acumulação integral, fundamentalmente a intensificação da exploração e da repressão. Porém, no novo regime, a repressão e a exploração deixam de atingir apenas os países de capitalismo subordinado e passam a atingir os países de capitalismo imperialista e passa a ser efetivado a nível internacional e nacional.

É neste contexto que nos anos 1980 emerge o neoliberalismo e a chamada "reestruturação produtiva", sendo que são processos complementares, aliado ainda com o neo-imperialismo. Estes elementos são sendo implantados paulatinamente a partir dos anos 1980. A eleição do governo Thatcher em 1979 ao lado da vitória eleitoral de Ronald Reagan em 1980 e, posteriormente de Helmut Kohl em 1982 marca o avanço sucessivo de governos neoliberais, que, assim, assumem o poder na Inglaterra, EUA e Alemanha, respectivamente. Esta é a primeira fase do capitalismo neoliberal (regime de acumulação integral), marcado pela eleição de governos neoliberais e de outros que, paulatinamente, passam a adotar políticas neoliberais.



## **Emergência e Consolidação do Neoliberalismo**

Este período vai de 1980 até o início dos anos 1990. É a época de expansão do neoliberalismo e de suas primeiras manifestações, tal como as privatizações, a desregulamentação das relações de trabalho, o ajuste fiscal e monetário, a desregulamentação dos mercados. O neoliberalismo – expressão do regime de acumulação integral ao lado do neo-imperialismo e da reestruturação produtiva – busca, para utilizar expressão de Bourdieu, “uma exploração sem limites” (Bourdieu, 1998). O endurecimento do capitalismo a partir desta época vai se desenvolvendo e expandindo pelo mundo.

Neste contexto, há uma precarização do trabalho e um aumento do desemprego, produzidos pelas alterações no processo de produção e reprodução do capital a nível mundial. As condições de vida desfavoráveis e o crescimento da miséria e da pobreza se generalizam, inclusive nos países imperialistas. O Estado neoliberal corrói as políticas de assistência social e reforça mais ainda as condições desfavoráveis para a maioria da população. No caso do capitalismo subordinado, que reproduz sua subordinação implantando um processo de exploração ainda mais intenso do que já existia. O neoliberalismo subordinado faz com que a situação já desfavorável se torne ainda mais grave.

O ciclo se encerra no final dos anos 1980. O neoliberalismo emergente é substituído pelo neoliberalismo hegemônico. A crise do capitalismo estatal (queda do muro de Berlim) e o fim da Guerra Fria, aliado à expansão neoliberal no capitalismo subordinado, promovem uma consolidação ideológica e política do neoliberalismo. O regime de acumulação integral se torna hegemônico mundialmente e fecha o ciclo. Uma vez consolidado o neoliberalismo, temos um aumento geral da exploração e da pobreza que vai se desenvolvendo paulatinamente na década de 1980. A hegemonia neoliberal é reforçada pela crise do capitalismo estatal e pelo desgaste

ideológico e político do chamado “marxismo”-leninismo, o que traz mudanças na oposição – que tem uma parte que capitula, outra que se mantém na oposição com o mesmo credo e uma outra que busca nova inspiração política e teórica. A vitória do neoliberalismo é anunciada por ideologias grandiloquentes com a do “Fim da História” e emerge o pensamento único. O mundo se torna neoliberal.

## **O Neoliberalismo Hegemônico e a Retomada da Acumulação Capitalista**

A partir dos anos 1990 o neoliberalismo entra em sua segunda fase, a fase hegemônica. Já praticamente livre do bloco capitalista estatal e das forças políticas que lhe apoiava, com governos neoliberais assumindo o controle de países como Brasil e Argentina, entre vários outros, a nova fase é de uma ofensiva poderosa buscando aumentar ainda mais a exploração capitalista mundial. A acumulação capitalista nos anos 1980 conseguiu evitar uma queda e iniciou um processo de recuperação e intensificação. Isto, no entanto, não foi suficiente para garantir o processo de retomada da acumulação capitalista.

Desenvolveu-se em todo o mundo um ‘consenso político’ sobre política macroeconômica; os governos têm adotado inequivocadamente uma agenda política neoliberal. Desde o início da década de 1990, as reformas macroeconômicas adotadas nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm apresentado muitos dos ingredientes essenciais dos programas de ajuste estrutural (PAEs) aplicados no Terceiro Mundo e no Leste Europeu (Chossudovsky, 1999, p. 13).

Assim, a privatização, aumento do desemprego, diminuição das políticas de assistência social, são generalizadas e até nos países imperialistas as medidas neoliberais se tornam mais fortes. A pressão em torno da dívida externa se torna maior e uma estratégia para aumentar a exploração internacional (Chossudovsky, 1999). Para se manter este processo de “exploração sem

limites” até nos países imperialistas, se cria as ideologias necessárias para a aceitação das mudanças. É neste contexto que surgem ideologias fatalistas como a da globalização e outras produções ideológicas que visam descrever o fenômeno, tal como a ideologia da exclusão social que vai ser cunhada na França a partir de 1992 (Viana, 2008).

Pode-se agora compreender porque, a despeito de sua inconsistência teórica, a noção de exclusão abrange um grande consenso. As medidas tomadas para lutar contra a exclusão tomam o lugar das políticas sociais mais gerais, com finalidades preventivas e não somente reparadoras, que teriam por objetivo controlar sobretudo os fatores de dissociação social (Castel, 2004, p. 32).

A emergência da ideologia da exclusão social é produto do processo de lumpemproletarização, que ocorre na época do regime de acumulação integral (Viana, 2008), e está ligada também ao processo de constituição de políticas de assistência social paliativas e setoriais em substituição as políticas de assistência social de caráter estrutural que existia na época do estado integracionista. A ideologia da exclusão social também serve para ofuscar a luta de classes e realizar a defesa da inclusão dos excluídos, sem questionar as relações de classes, o que torna a inclusão algo benéfico e a exclusão maléfica, sem questionar em que se propõe a inclusão (no trabalho alienado e explorado).

O empobrecimento da população (lumpemproletarização) se torna cada vez maior na Europa e Estados Unidos e as políticas de “ação afirmativa”, de “cotas”, voltadas para setores específicos da sociedade (negros, mulheres, jovens, homossexuais, etc.) é acompanhado pela responsabilização da sociedade civil, criando instituições (ONGs, por exemplo) e ideologias (voluntariado) visando compensar a poupança de recursos por parte do aparato estatal. Aliado a isso, novos nichos de mercado são produzidos, também seguindo a lógica setorial e isto se reproduz nas ideologias da moda, tal como o pós-

estruturalismo e seus derivados (tal como a ideologia do gênero).

A diminuição dos gastos estatais provocou uma redução do número de funcionários públicos e burocratas e as instituições da sociedade civil, especialmente as ONGs e o que se convencionou chamar “terceiro setor”, acaba sendo não somente um processo para que a sociedade civil organizada execute um papel que era da alçada do Estado como também absorva parte da burocracia estatal dispensada. As políticas de assistência social paliativas e setoriais são reforçadas pela ideologia pós-estruturalista e por novas ideologias derivadas e emergentes que se fundamentam no localismo, no microreformismo, etc.

Outra consequência do empobrecimento da população se revela no aumento da fome, do desemprego, da migração internacional, da criminalidade, da violência e até mesmo o retorno de moléstias contagiosas (Chossudovsky, 1999). Porém, há duas consequências dentre estas que destacaremos: o aumento da criminalidade e da violência, por um lado; e o barateamento do preço da força de trabalho, por outro. A violência se torna um dos temas acadêmicos mais debatidos e, na maioria dos casos, sob a perspectiva conservadora, no qual não faltam cientistas sociais para culpabilizar o indivíduo ou reclamar mais moralização e mais repressão (Viana, 2002). A origem disso, no entanto, se encontra na chamada “doutrina da tolerância zero”, produzida em Nova York e exportada para o resto do mundo:

De Nova York, a doutrina da ‘tolerância zero’, instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda – a que se vê, a que causa incidentes e desordens no espaço público, alimentando, por conseguinte, uma difusa sensação de insegurança, ou simplesmente de incômodo tenaz e de inconveniência –, propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante. E com ela a retórica militar da ‘guerra’ ao crime e da ‘reconquista’ do espaço público, que

assimila os delinquentes (reais ou imaginários), sem teto, mendigos e outros marginais a invasores estrangeiros – o que facilita o amálgama com a imigração, sempre rendoso eleitoralmente (Wacquant, 2001, p. 30).

O estado neoliberal assim se manifesta como Estado mínimo (em políticas de assistência social, em intervenção no mercado e no aparato produtivo) e forte (nas políticas repressivas). O processo repressivo é complementado pela política de dispersão da classe operária. O deslocamento de indústrias capitalistas para países e regiões pouco industrializadas e/ou com grande população tem o duplo papel de enfraquecer politicamente o proletariado (dispersão espacial, recrutamento de novo proletariado sem tradição de luta, pouca concentração dos trabalhadores em cidades e regiões) e aumentar a exploração devido ao uso de força de trabalho em locais com grande reserva da mesma.

Este processo todo também faz aumentar a resistência. A partir da segunda metade da década de 1990, há um ressurgimento de uma negação do capitalismo, ainda incipiente, mas que vai crescendo paulatinamente (anarquismo, movimentos sociais, etc.). Este processo de fortalecimento do movimento de contestação vai ser realizado com contradições, mas expressando justamente uma resposta ao processo de aumento geral da exploração e tudo que é derivado daí. O processo de precarização e o de lumpemproletarização proporcionam a organização de novos movimentos sociais, tal como o dos desempregados e dos sem-teto. Devido suas condições sociais e falta de ligação orgânica, os movimento dos desempregados pode ser considerado um “milagre social” (Bourdieu, 1998) e reflete este processo social de “exploração sem limites”.

A emergência do chamado Movimento Antiglobalização, principalmente a partir de 1999, marca uma nova fase de ascensão das lutas sociais, que vai estar presente não só nas manifestações e ativismo de indivíduos

e grupos, mas também em mobilização da população e radicalização de suas lutas, tal como ocorreu no México e Argentina. As lutas sociais no México e Argentina mostraram uma grande radicalização e colocaram o neoliberalismo em perigo. O atentado de 11 de setembro de 2001 foi mais uma manifestação das contradições sociais e abriu a possibilidade para uma ofensiva do capitalismo neoliberal, tal como veremos a seguir.

### **O Neoliberalismo Profascista**

A partir dos anos 2000 inicia-se a terceira fase do neoliberalismo. Esta fase expressa uma resposta repressiva do estado neoliberal para as crescentes mobilizações sociais, principalmente a partir de Seattle, Chiapas, lutas sociais na Argentina e o atentado de 11 de setembro de 2001. A invasão do Iraque pelos EUA é apenas a face mais visível deste processo. O Plano Colômbia e outras estratégias são adotadas pelo Estado Neoliberal, que passa de Estado penal – expressão de Wacquant – para Estado Penal Contra-Insurgente.

O crescimento da pobreza e da miséria ocorre como uma bola de neve e isto produz vários processos sociais, tal como a favelização (Davis, 2006) e a concentração da pobreza urbana. O crescimento das favelas e a organização do espaço urbano feito pela população contrariam a lógica estatal e por isso o Estado neoliberal passa a pensar estratégias de contra-insurgência em relação aos movimentos sociais, grupos políticos e população favelada, devido ao descontrole sobre eles. Assim, o Estado neoliberal se torna um estado contra-revolucionário preventivo e passa a usar estratégias militares para controlar a população, inspiradas seja no Iraque invadido pelos EUA, seja na intervenção brasileira no Haiti (Zibechi, 2008). A política de contra-insurgência não é apenas militar, mas também voltada para ações sociais junto a estas populações, e utiliza a mediação de ONGs, militantes de esquerda, intelectuais, entre outros, para realizar um *feedback* e realizar atividades (educação popular, profissionalização), e produzir



lideranças e organização democrática, além de expandir revitalizar a produção e distribuição mercantil no local.

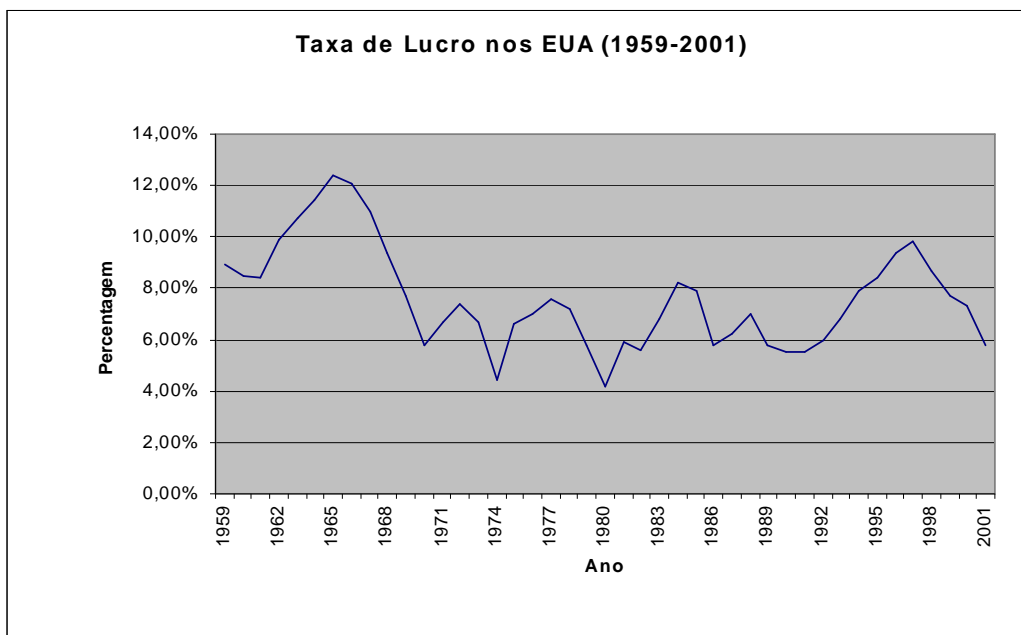
Este processo já vinha sendo aplicado sob a forma de assistencialismo (bolsa família, renda cidadã) que aliado às políticas paliativas, realizava políticas setoriais e cooptação de parte da população, e responsabilização da sociedade civil, como ONGs, economia solidária e outras formas de criar estratégias de sobrevivência transformadas em virtude e engajamento popular de matriz neo-reformista. Porém, agora isto é realizado de forma mais controlada pelo aparato estatal e em pontos estratégicos de lugares potencialmente mais explosivos e menos controlados.

A “sociedade nua” de Vance Packard (1966) se transformou em sociedade da vigilância integral. Várias empresas (fábricas, escolas, etc.) usam a vídeo-vigilância para controlar o que ocorre e o processo de trabalho; o sistema de vídeos também se espalha por elevadores, lojas, etc. O mundo virtual também é crescentemente vigiado e controlado, e os governos tentam legalizar uma vigilância

que em grande parte já ocorre na prática (Freire, 2006). O sistema de informação e vigilância se torna mais amplo e com os mais variados pretextos (contra criminalidade, terrorismo, pedofilia, etc.). Por detrás disso há mais do que o que aparenta ser, pois se a criminalidade, terrorismo e pedofilia podem ser alvos reais, o que grande alvo é as revoltas populares, interesses nacionais, etc. Isto está ligado à política de contra-insurgência da nova fase do neoliberalismo.

Porém, além disso, o Estado neoliberal deve criar as condições para uma nova ofensiva não apenas repressiva, mas também no aspecto financeiro e no processo de exploração. A partir dos anos 2000 houve uma nova queda da taxa de lucro (veja gráfico abaixo). Porém, há um ziguezague e a relativa recuperação a partir de 2003 logo recrudescer. A instabilidade financeira e a ameaça inflacionária são determinações conjunturais que aumentam a necessidade de exploração e ao mesmo tempo o dificulta, já que as condições de vida de grande parte da população já são mais que precárias.

### Evolução da Taxa de Lucro nos EUA – 1959/2001



Fonte: Economic Report of The President (2001) e Economic Indicators 2001 (september).  
Os dados de 2001 se referem ao primeiro semestre.

Isto também ocorre na esfera cultural, na qual surgem ideólogos profascistas que não medem esforços em atacar as idéias contestatórias e o marxismo, em especial. O que é novo nos intelectuais profascistas é a virulência unida a uma tentativa de fazer as tendências de esquerda aparecerem como um inimigo imaginário, visando desarticular qualquer oposição intelectual e facilitar assim a hegemonia burguesa e o aumento da superexploração.

As lutas sociais a partir do final dos anos 1990 fez emergir a fase profascista do neoliberalismo. A contra-revolução preventiva se torna mais intensa e a política de contra-insurgência se torna uma das

principais características que se consolida atualmente. O empobrecimento da população e a desorganização do espaço urbano com a favelização e outros fenômenos, aliado com as dificuldades financeiras do capitalismo contemporâneo, marcam a possibilidade de passagem do neoliberalismo profascista para o fascismo ou a guerra. Porém, existem outras possibilidades e é a luta de classes que definirá qual delas será vitoriosa: autogestão social ou barbárie.

### Referências

- ASMANN, Hugo. *A Trilateral – Nova Fase do Capitalismo Mundial*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos. Táticas para Enfrentar a Invasão Neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo, 2006.
- CASTEL, R. *As Armadilhas da Exclusão*. In: CASTEL, R. et al. *Desigualdade e a Questão Social*. 2ª edição, São Paulo, Educ, 2004.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A Globalização da Pobreza. Impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo, Moderna, 1999.
- FREIRE, Alexandre. *Inevitável Mundo Novo. O Fim da Privacidade*. São Paulo, Axis Mundi, 2006.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- PACKARD, Vance. *A Sociedade Nua*. São Paulo, Ibrasa, 1966.
- SISTE, A. e IRIARTE, G. *Da Segurança Nacional ao Trilateralismo*. In: ASMANN, Hugo. *A Trilateral – Nova Fase do Capitalismo Mundial*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo, Idéias e Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. *Violência e Escola*. In: VIEIRA, R. & VIANA, N. (orgs.). *Educação, Cultura e Sociedade. Abordagens Críticas da Escola*. Goiânia, Edições Germinal, 2002.
- WACQUANT, Lóic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- ZIBECHI, Raul. *A Militarização das Periferias Urbanas*. Revista O Comuneiro, n. 9, Março de 2008.

# Estado E Revolução Cubana: A Estatização Dos Meios DE Produção E A Exploração Dos Trabalhadores (1959-1962)

*Rafael Saddi Teixeira*

[saddirafael@yahoo.com.br](mailto:saddirafael@yahoo.com.br)

Pretendemos neste texto analisar a estatização dos meios de produção a partir da transformação agrária no período de 1959 a 1962 em Cuba. Nossa hipótese é que o processo de estatização, longe de eliminar a divisão de classes e criar condições para a destruição do Estado, criou a divisão entre burocratas e proletários e fortaleceu o Estado como uma superestrutura burocrática que se organiza a partir da exploração e da submissão da classe trabalhadora. Neste sentido, queremos superar o discurso oficial que aponta que, com a estatização dos meios de produção em 1960, Cuba teria se tornado uma sociedade socialista em transição ao comunismo.

Nos centraremos, aqui, na análise das transformações agrárias e, em especial, nas transformações da indústria açucareira. Primeiro, porque o açúcar constituía em Cuba a principal indústria. Uma frase que marcaria a ilha é a do representante da Associação dos Fazendeiros de Cuba nos anos 40: “Sin azúcar no hay país.”. (PÉREZ-STABLE, 1993, p. 39). Cuba vivia das divisas geradas pela exportação do produto que tinha como principal comprador os EUA. Este modelo de dependência do monocultivo do açúcar aprisionava o desenvolvimento econômico da ilha. Como analisou Pérez-Stable (1993):

Al no impulsar la diversificación, no se creaban puestos de trabajo ni se podía mejorar el nivel de vida, mientras que los ciclos de la zafra generaban altos niveles de desempleo y subempleo en el tiempo muerto. (idem, ibidem).

A reorganização da indústria do açúcar era, portanto, fundamental para o estabelecimento da nova estrutura econômica do país.

Também nos centraremos no processo de estatização do açúcar porque, nestes cinco primeiros anos após a tomada do poder de Estado, a expropriação dos latifundiários gerou dois tipos de organização da produção, que foram marchando paralelamente: de um lado, nas terras de gado e terras virgens, se formaram *granjas del pueblo* (fazendas estatais) e, de outro, nas terras açucareiras, se formaram *cooperativas cañeras*. Neste primeiro momento, segundo Fidel, “De los latifundios cañeros se organizaron más de 600 cooperativas cañeras; del latifundio ganadero y de las tierras vírgenes, más de 300 granjas del pueblo.” (CASTRO, 1962).

Assim, como afirmou Sweezy e Huberman (1960), uma das especificidades da Revolução Cubana foi que; ao contrário de outros países, que dividiu a terra, criando inúmeros pequenos proprietários; ela “adotou como seu objetivo a transição direta e imediata para um regime em que predomina a cooperativa agrícola.”. (SWEETZY e HUBERMAN, 1960, p. 145).

Esta forma com que a indústria do açúcar se organizou, não raro foi idealizada por diferentes observadores como uma forma de organização capaz de gerar a longo prazo o poder proletário. Não foram poucos a imaginar que as *cooperativas cañeras*, por não estarem completamente presas ao Estado, poderiam ser o embrião da constituição do comunismo, passando a gerir questões econômicas e políticas. Sweezy e Huberman (1960), por exemplo, quando em 1960 visitaram as cooperativas que haviam visitado, acreditavam que era provável que os camponeses fizessem das cooperativas “algo inteiramente diferente da

versão soviética da fazenda estatal.” (idem, p. 154).

A cooperativa cubana poderá vir a ser como a comuna, combinando os assuntos econômicos e governamentais, bem como pode orientar-se no mesmo sentido de autonomia que os iuguslavos deram às suas empresas. (idem, p. 155).

Pretendemos analisar este modelo de cooperativa e compreender até que ponto ela serviu para a constituição de uma perspectiva de autonomia da organização da classe trabalhadora.

Segundo Sweezy e Huberman (1960), as cooperativas se formaram tendo como base os trabalhadores que serviam de mão de obra para a fazenda expropriada. A maioria das fazendas

... tinha um grupo de trabalhadores mais ou menos permanentes, ligados a elas, e admitia trabalhadores extras na época de colheita [...]. Quando uma propriedade é confiscada, naturalmente os que moram nela ou nela trabalham habitualmente, formam a nova cooperativa, que continua a proporcionar trabalho, quando possível, a trabalhadores migratórios e esporádicos. (p. 152).

O termo *cooperativa* remonta uma noção de uma sociedade privada não estatal. Os proprietários são os próprios cooperados que entram cada qual com sua cota-parte para formar o capital social da cooperativa. Pressupõe também que os cooperados possuam suas instâncias autônomas de decisão e sua própria organização administrativa. Em Cuba, todavia, a cooperativa era posta sob a direção do Estado através do seu órgão INRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária e administrada não pelos trabalhadores rurais que as compunham, mas, por funcionários do Estado. A lei de Reforma Agrária de maio de 1959 afirmava:

the INRA will create agricultural cooperatives to be placed under its direction, will appoint their administrators ... [and] will see to it that they accept and respect the aid and the technical orientation which the INRA will dictate...” (DUMONT, 1970, p. 47).

O INRA criará cooperativas agrícolas que serão colocadas sob a sua direção, apontará os administradores [...] [e] verá se eles aceitam e respeitam a ... e a orientação técnica que o INRA ditará.

As terras e os instrumentos de trabalho utilizados pelas cooperativas não eram propriedades da cooperativa, mas do Estado. (SWEEZY e HUBERMAN, 1960, p. 152). A forma básica de remuneração continuava sendo o salário. (idem, p. 154). Se os meios de produção eram propriedades do Estado e a administração era feita pelo Estado, qual é a diferença entre as cooperativas cubanas e as fazendas estatais da União Soviética?

Para Sweezy e Huberman (1960) eram duas as diferenças. Primeiro que na cooperativa cubana, em tese, o lucro líquido, quando havia, era repartido no final do ano entre os cooperados. (p. 154). Segundo, porque os membros das cooperativas “se sentiam parte da organização que lhes pertencia, de forma direta, e não como empregados de uma entidade distante e abstrata como o Estado.” (idem, ibidem).

Sweezy e Huberman (1960) conheceram as cooperativas em Cuba a partir de uma rápida visita em 1960, quando elas estavam ainda em formação. Como eles mesmos apontam, a afirmação sobre o sentimento dos agricultores deveria ser tomada com cautela, pois “... [é] difícil para estrangeiros que não falam a língua do país formar um julgamento fidedigno sobre tal assunto.” (idem, ibidem).

Muitos outros estrangeiros que acompanharam este processo de formação das cooperativas cubanas, alguns por muito mais tempo que Sweezy e Huberman, se distanciaram profundamente destas suposições.

René Dumont, por exemplo, que acompanhou de forma profunda e intensa o estabelecimento da nova estrutura agrária em Cuba, afirma que os agricultores cubanos não se sentiam parte do processo de organização da produção.

Em agosto de 1960, o governo cubano havia elaborado os estatutos de funcionamentos das cooperativas. Antes de

imporem os estatutos sobre as cooperativas, Dumont recebeu uma cópia e, com ela nos bolsos, visitou uma cooperativa na província de Las Villas. Sobre esta visita, ele nos conta que.

... os trabalhadores me questionaram sobre eles (os estatutos) mais ou menos nestes termos. “Todos nós aqui somos completamente devotados à Revolução, prontos para seguir Fidel aonde ele nos disser para ir, prontos para aceitar todas as suas propostas. Mas, quando você vê-lo, lhe diga que nós gostaríamos de saber onde nós estamos indo, e que nós gostaríamos de ser avisado como nossas cooperativas vão ser organizadas.” Eu estava mais embaraçado por eu tinha em meu bolso o esboço das regras administrativas das cooperativas, mas tinha sido proibido de passá-las à frente, quando um verdadeiro centralismo democrático teria requerido que a base – os trabalhadores e seus representantes – fossem consultados sobre estas regras propostas.

... the workers questioned me about them (os estatutos), in more or less these terms: “All of us here are completely devoted to the Revolution, ready to follow Fidel wherever he tells us we should go, to accept all his proposals. But when you see him, tell him that we’d like to know where we’re going, and that we’d like to be told how our cooperatives are going to be organized.”. I was all the more embarrassed in that I had in my pocket the draft of the rules governing cooperatives, but had been forbidden to pass them on, whereas a true democratic centralism would have required that the base – the workers and their representatives – be consulted about these proposed rules. (DUMONT, 1970, p. 48).

Agostín Souchy (1960), que também visitou diversas cooperativas e participou de algumas reuniões entre cooperados, administradores e militares, percebeu também esta distância do trabalhador rural em relação à organização do trabalho. Em uma das cooperativas da Sierra Maestra, ele conversou com os trabalhadores rurais cooperados.

Nós fomos acompanhados até a cabana do camponês Nicola’s Pacheo. Sua cortês esposa, com uma hospitalidade cubana típica, nos serviu café... O modesto “guajero” (camponês) não pôde explicar muito sobre a organização da cooperativa, e os outros camponeses, menos ainda.

We were escorted to the "Bohio" (hut) of the peasant Nicola's Pacheo. His courteous wife, with typical Cuban hospitality, served coffee. . The modest "guajero" (peasant) could not give much of an explanation about the organization of the cooperative, and the other peasants, even less so. (SOUCHY, 1960).

Para Souchy (1960), “The peasants knew only about their work. For more information we had to wait for the arrival of the sergeant who represented the INRA<sup>1</sup>. (SOUCHY, 1960). Carlos Franqui, um revolucionário cubano que opunha a estatização dos meios de produção à socialização da produção, afirmava que na nova estrutura social cubana, criada pela estatização dos meios de produção, “... o papel do povo era o de trabalhar e de obedecer inquestionavelmente.” (p. 88).

Do ponto de vista dos trabalhadores, por mais eufóricos e confiantes que estivessem com o momento revolucionário, o trabalho continuava como algo que lhes era exterior. A relação entre administrador (Estado) e trabalhadores, longe de serem amistosas, costumavam ser de conflitos. Dumont afirma que alguns trabalhadores tentaram organizar sindicatos para se defenderem contra a cooperativa em que trabalhavam.

Alguns dos trabalhadores, que haviam sido promovidos a “membros de cooperativas”, tentaram organizar um sindicato defensivo apontado contra a sua própria cooperativa: uma clara prova que eles não sentiam a cooperativa como sendo deles, que eles não se sentiam em casa ali. Mas, a tendência cubana é tomar decisões do topo.

---

<sup>1</sup> “Os camponeses sabiam somente sobre seu trabalho. Para mais informações nós tínhamos que esperar pela chegada do sargento que representava o INRA”.

Some of the workers, who had thus been promoted to “members of cooperatives”, tried to organize a defensive union clearly aimed *against* their own cooperative: a clear proof that they did not feel it to be “theirs”, that they did not feel “at home” in it. But the Cuban tendency is to make decisions at the top. (DUMONT, 1970, p. 48).

Em uma conversa com Che Guevara, Dumont (1970) falou sobre o fato dos membros de cooperativas “not appear to be *a part of an enterprise that really belonged to them.*”<sup>2</sup> (idem, p. 51). Falou que os trabalhadores sentiam que haviam se tornado “...salaried employees of the government, quasi-functionaries, and for this reason some of them were already not putting forth their best efforts”<sup>3</sup>. (idem, *ibidem*). Che, entretanto, reagiu violentamente:

Você tem colocado muito ênfase no senso de “posse” que deve ser dado aos membros das cooperativas. Em 1959, havia uma tendência aqui em favor do “Yougoslavismo” e dos conselhos de trabalhadores. Não é um senso de posse que eles devem ter, mas um senso de responsabilidade. Deste modo, as mudanças necessárias na política serão mais fáceis.

You have put too much emphasis on the sense of ownership that is to be given to members of cooperatives. In 1959, there was a marked tendency here toward “Yougoslavism” and workers’ councils. It is not a sense of ownership that they should be given, but rather a *sense of responsibility*. In this way, the necessary changes in policy will be easier. (idem, p. 52).

Para os mais fortes dirigentes revolucionários, portanto, os trabalhadores não deveriam sentir-se donos dos meios de produção. Condenavam a tendência às formas de propriedade socializadas a partir do conselho operário. Os trabalhadores

deveriam ter sim o senso de responsabilidade com a revolução. E, neste sentido, inevitavelmente teriam que acatar as posições vindas de cima. Trabalhar e obedecer.

Talvez alguns poderiam pensar que a resistência de Che ao sentimento de “serem donos” fosse em relação ao risco de surgirem um conjunto de pequenas empresas organizadas cada uma delas por um padrão coletivo: os cooperados de cada cooperativa. Mas, mais do que isso, os dirigentes revolucionários comunistas temiam a organização autônoma dos meios de produção, tanto quanto temiam a organização autônoma dos trabalhadores em sindicatos, escolas, universidades e locais de moradia. Todos os espaços possíveis de organização autônoma foram centralizados pelo Estado e controlados de cima para baixo por uma superestrutura burocrática.

Para isto interferia tanto um medo de criação de um poder popular que confrontaria os poderes do Estado, posto que nestes espaços de organização social atuavam tanto liberais quanto anarquistas, trotskistas e socialistas humanistas<sup>4</sup>; como também um desprezo em relação à capacidade da classe trabalhadora de dirigir a sua própria emancipação. Como disse Franqui, “Fidel possuía uma desconfiança inata do povo; preferia militarização à organização.” (FRANQUI, 1981, p. 88). Mas, além disto tudo, os dirigentes comunistas acreditavam de fato no novo Estado cubano como uma forma de governo dos trabalhadores. Neste sentido, trabalhar para o Estado, era trabalhar para si mesmo.

Souchy (1960) demonstrou como as cooperativas eram criadas de cima para baixo. Em uma das reuniões que participou entre trabalhadores rurais, INRA e Exército, ele relata sobre a forma como era criada uma cooperativa.

<sup>2</sup> “... não aparentam ser uma parte de uma empresa que realmente pertence a eles.”

<sup>3</sup> “... empregados assalariados do governo, quase-funcionários, e por esta razão, alguns deles não colocam os seus melhores esforços.”

<sup>4</sup> Em Cuba, socialistas humanistas foram aqueles que não tinham uma bandeira ideológica definida, mas que opunham a socialização ao modelo soviético de estatização. Queriam uma revolução criada pelo povo cubano sem dependências nem dos EUA, nem da URSS.



Os planos para a organização de uma cooperativa industrial a ser controlada pelo INCRA foram apresentados à reunião. Quando os trabalhadores perguntaram sobre os salários, o gerente respondeu que salários eram de importância secundária e que para acelerar a industrialização de Cuba, certos sacrifícios teriam que ser feitos. Os trabalhadores mostraram claramente que não gostaram do projeto. Finalmente, o administrador exasperado baixou a lei: com o consentimento dos trabalhadores, o projeto “cooperativo” será organizado como previsto. Os advogados fizeram os documentos legais necessários e a cooperativa foi oficialmente estabelecida.

The plans for the organization of an industrial cooperative to be managed by the INRA were presented to the meeting. When the workers asked about wages, the manager replied that wages were of secondary importance and that to speed up the industrialization of Cuba, certain sacrifices will have to be made for the sake of the revolution. The workers plainly showed that they did not like the project. Finally, the exasperated administrator laid down the law: with or without the consent of the workers, the "cooperative" project will be organized as planned. The lawyers drew up the necessary legal documents and the cooperative was officially established. (SOUCHY, 1960)

A nova organização dos meios de produção era algo imposta aos trabalhadores. Simplesmente paravam de trabalhar para os seus antigos patrões para trabalharem para o Estado, ainda tendo o trabalho como algo exterior, e em troca de salários. Como afirmou Souchy (1960): “The economic situation of the workers will be more or less the same as in privately owned enterprises.”<sup>5</sup> (SOUCHY, 1960). Segundo Franqui (1981), a estatização somente substituiu “o antigo chefe por um novo administrador, o velho proprietário por um novo proprietário estatal.” (p. 88).

Assim, se por um lado, os trabalhadores estavam separados dos meios de produção, obrigados simplesmente a trabalhar e a obedecer, sem controlarem diretamente as terras e as fábricas, por outro

lado, o Estado, como dono do meio de produção, se fortalecia. Segundo Carlos Franqui (1981), “... a estatização nada faz além de criar e apoiar um gigantesco, improdutivo e repressor superestado burocrático, um partido que é o Estado, que é o pai, que é o dono.” (p. 86).

Longe de gerarem um processo de apropriação da classe trabalhadora sobre os meios de produção, as cooperativas caminharam para outro lado. Se é que poderiam ter algum elemento de autonomia, em agosto de 1962, as cooperativas foram finalizadas e se transformaram em fazendas estatais ao estilo soviético.

No Manifesto Comunista, Marx apontava que o ponto de partida da revolução proletária era a destruição da propriedade burguesa com a centralização de todas as propriedades nas mãos do Estado.

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas. (MARX, s/d).

Na medida em que a burguesia fosse sendo destruída e, portanto, os antagonismos de classe fossem eliminados, Marx afirmava que o Estado perderia a sua razão de ser, posto que não passa de um poder organizado de uma classe para a opressão da outra.

Uma vez desaparecidos os antagonismos de classe no curso do desenvolvimento, e sendo concentrada toda a produção propriamente falando nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se constitui forçosamente em classe, se se converte por uma revolução em classe dominante e, como classe dominante, destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói juntamente com essas relações de produção, as condições dos antagonismos entre as classes e as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe. (idem, ibidem).

Mas, o que vemos em Cuba é o oposto. O processo de eliminação da burguesia privada e de concentração dos meios de produção nas mãos do Estado, longe de gerar um processo de definhamento do Estado, fez torná-lo cada vez mais forte e

<sup>5</sup> “A situação econômica dos trabalhadores será mais ou menos a mesma que nas empresas de propriedade privada”

poderoso. Franqui apontava esse processo de expansão total da estrutura do Estado na sociedade cubana.

Marx achava que o Estado desapareceria eventualmente, mas como pode isso acontecer, quando fica mais e mais forte a cada dia? O Estado torna-se um monopólio colossal que devora tudo, que se torna totalitário em sua inabilidade de tolerar desvios de qualquer espécie. (FRANQUI, 1981, p. 167).

Em Cuba, o Estado tendia não a se definir, mas a se fortalecer, a recriar condições de exploração e privilégios e a disciplinar a força de trabalho. O próprio sindicato, que tinha nos trabalhadores da indústria açucareira uma forte tradição, deveria perder o seu sentido de luta classista. A posição dos dirigentes cubanos se baseava na concepção que Raúl Castro expressou como ninguém: "the best union is the State -- the workers don't need unions when they have a friendly government, THEIR government, to protect them."<sup>6</sup> (IGLESIAS, 1961).

Os sindicatos passaram a ser não mais o espaço contruído desde baixo, mas, desde os anseios dos novos dirigentes estatais. Seu papel era o de receber a proposta do governo e massificá-la junto aos trabalhadores. O sindicato deveria

... captar la idea general de organización y de las metas del gobierno, discutirla a nivel de la empresa o fábrica de que se trate y llevarla al seno de la masa trabajadora para que se haga carne en ella el espíritu de lo que se pretende hacer y se empuje hacia adelante con el mayor ímpetu. (GUEVARA, 1961).

Além do caráter de ideologização da classe trabalhadora, o sindicato deveria ter como função essencial o aumento da produtividade e a disciplina da classe trabalhadora no trabalho. (idem, ibidem).

Todo este processo de estatização dos meios de produção em Cuba criava uma diferenciação profunda entre os proletários,

<sup>6</sup> "o melhor sindicato é o Estado – os trabalhadores não precisam de sindicatos quando eles têm um governo amigável, seu governo, para protegê-lo."

que eram obrigados a vender a sua força de trabalho em troca de um salário, e os gestores/burocratas, que exerciam o controle sobre a força de trabalho, os maquinários, as terras e as fábricas. Seria comum imaginarmos que as riquezas produzidas pelos trabalhadores sob o regime de propriedade estatal fossem de uso comum, isto é, que retornassem aos trabalhadores através da distribuição do Estado. Entretanto, a realidade não foi bem assim.

Quando os rebeldes tomaram o poder em 1959; advindos de uma guerra de guerrilhas no campo e nas cidades, firmados no sacrifício da vida pessoal e dos prazeres do mundo; se recusaram a ceder às pressões da nova vida burocrática.

Foram vários os que negaram cargos no governo, recusando-se a sentar nas mesmas mesas que os antigos funcionários de Batista.<sup>7</sup> Os membros do Exército Rebelde não cobraram soldo algum no mês de Janeiro, tendo se disposto a trabalhar de graça pela causa revolucionária<sup>8</sup>. Muitos novos dirigentes do governo estipularam o seu salário em números extremamente baixos<sup>9</sup>. A maioria recusou morar nas

<sup>7</sup> Carlos Franqui, por exemplo, recusou ser Ministro do Trabalho e preferiu ser jornalista à frente do *Revolución*, jornal do Movimento 26 de Julho. (FRANQUI, 1981, p. 28). Célia Sanchez e Haydée Santamaría recusaram a proposta de assumirem o Ministério da Educação. Raúl Chibás rejeitou o cargo de Ministro das Finanças. (idem, ibidem). Como afirmou Fidel Castro: "(...) en los primeros días era difícil encontrar a alguien que quisiera ser ministro" (CASTRO, 1959).

<sup>8</sup> Em seu primeiro discurso após descer da Sierra vitoriosa, Fidel tratou dos soldos do Exército Rebelde: "Los rebeldes no cobraremos sueldo por los años que hemos estado luchando y nos sentimos orgullosos de no cobrar sueldos por los servicios que les hemos prestado a la Revolución, en cambio, es posible que sigamos cumpliendo nuestras obligaciones sin cobrar sueldos, porque si no hay dinero, no importa, lo que hay es voluntad, y hacemos lo que sea necesario". (APLAUSOS). (CASTRO, 1959a).

<sup>9</sup> Segundo Carlos Franqui (1981), foram os próprios revolucionários que definiram quanto iriam ganhar. "También estipulamos nuestros propios salarios: o de Che era o mais austero, 250 pesos por mês. Um ministro ganhava 750 e alguns outros, 1000." (p. 39). Padrões extremamente baixos para a época. Quando

mansões dos antigos batistianos que fugiram do país, pois tinha isto como um insulto à humildade do povo cubano<sup>10</sup>.

Os rebeldes tentaram manter um espírito de sacrifício e de abnegação para não se tornarem burocratas de espírito. Entretanto, pouco a pouco, o sacrifício revolucionário foi cedendo espaço para os interesses da nova posição, e o guerrilheiro foi se transformando em burocrata. Menos de dois meses depois da tomada do poder Fidel afirmava que em Cuba já havia iniciado um

...despertar de las apetências burocráticas. Y que si bien es cierto que en los primeros días era difícil encontrar a alguien que quisiera ser ministro, hoy hay mucha gente que quiere ser cualquier cosa en el Estado. (CASTRO, 1959).

Na medida em que a propriedade foi se concentrado nas mãos do Estado, mais rápido se formava uma burocracia que vivia com privilégios. O burocrata não tinha sob o seu controle somente o monopólio da força física, mas também o monopólio dos meios

---

Fidel assumiu o cargo de Primeiro Ministro sua primeira ação foi propor a diminuição dos salários de ministros. "... que ganemos lo que necesitamos para las cosas más elementales, porque al fin y al cabo, cuando estábamos clandestinos vivíamos con cualquier cosa." (CASTRO, 1959). Em Julho de 1959, o Gabinete de Ministros aprovou um Projeto de Lei que reduzia em quase 50% os gastos destinados ao Palácio Presidencial. Os gastos passariam de 2.433.659,95 pesos a 1.233.659,95 pesos. O presidente Dorticós, quando assumiu o governo no lugar de Urrutia, decidiu reduzir o seu salário de Presidente da República de 10.000,00 pesos a 2.500 pesos. (BUCH & SUÁREZ, 2002, p. 76). A convicção da maioria dos revolucionários era que o cargo do governo fosse não uma fonte de riqueza e poder, mas um sacrifício.

<sup>10</sup> A maioria dos revolucionários voltaram "a viver nos mesmos apartamentos de antes da revolução." (FRANQUI). Quando Che foi morar em uma mansão em Itarará, justificou que estava ali por motivos de doença e que, logo, a abandonaria. "El hecho de ser una casa de antiguo batistiano hace que sea lujosa; elegí la más sencilla, pero de todas maneras es un insulto a la sensibilidad popular. Prometo al señor Llano Montes y sobre todo al pueblo de Cuba que la abandonaré cuando esté repuesto". (GUEVARA).

de produção, o controle sobre o excedente produzido pelo proletário.

A diferença entre os salários começou a se alargar. "K.S. Karol afirmou ter se encontrado em uma fábrica com um engenheiro que ganhava 17 vezes o salário de operário." Os burocratas, segundo ele, tinham o privilégio de desfrutar de "restaurantes de 'alta categoria', a exemplo dos 'Monseños', o 'Torre', o '1839', o 'Floridita' e outros que cobram preços astronômicos por suas contas." (TAAFE, 2009).

Como afirmou Franqui (1981), em todos os aspectos havia diferenças: no trabalho, os burocratas se apropriavam de muito mais dinheiro do que os trabalhadores; na educação, seus filhos tinham tratamento diferenciado; em relação às residências, passaram pouco a pouco a morar em mansões dos antigos batistianos; não partilhavam de um mesmo tratamento médico; possuíam carros do Estado que utilizavam para fins próprios e não tinham que reduzir sua alimentação à escassez da *libreta*.

Não há igualdade na educação, porque a nova elite dá atenção especial aos filhos dos membros do Partido e oficiais do Estado. O mesmo se aplica ao trabalho. Não há desemprego, pois as pessoas trabalham em regime forçado, em campos de reeducação e no serviço militar. Os salários não são iguais e são insuficientes. Isto também vale para as residências, tratamento médico, transporte e comida. Os que estão no topo desfrutam de privilégios. Então não existe mais a velha burguesia, e daí? Existem burocratas que administram, controlam e estão ricos. No topo, tudo é diferente, enquanto que embaixo é a mesma coisa. Em Cuba, chamamos este sistema de *sociolismo*." (FRANQUI, 1981, p. 170).

Assim, podemos dizer que o processo de estatização dos meios de produção em Cuba, longe de produzir uma sociedade socialista de transição ao comunismo, manteve os trabalhadores afastados dos meios de produção, reforçou o poder do Estado e criou uma burocracia

privilegiada. Talvez, devemos retomar Bakunin quando criticava a noção de ditadura do proletariado:

De acordo com eles, este jugo estatal, esta ditadura é uma fase de transição necessária para

chegar à emancipação total do povo: a anarquia ou a liberdade sendo o objetivo, o Estado ou a ditadura, o meio. Assim, para liberar as massas populares, dever-se-ia começar por escravizá-las. (BAKUNIN, 1999, p. 158).

### Referências

- PÉREZ-STABLE, Mariféli. The Cuban Revolution. Oxford University Press: New York, 1993.
- CASTRO, Fidel. Discurso Pronunciado en la Clausura del Congreso Nacional de Cooperativas Cañeras. Havana, 1962.
- \_\_\_\_\_, Discurso Pronunciado en el Acto de su Toma de Posesión como Primer Ministro. Havana, 1959.
- \_\_\_\_\_, Discurso Pronunciado en el Parque de Céspedes. Santiago de Cuba, 1959a.
- SWEEZY, Paul & HUBERMAN, Leo. Anatomia de uma Revolução. Zahar Ed.: RJ, 1960.
- DUMONT, René. Cuba: socialism and development. Grove Press: New York, 1970.
- SOUCHY, Augostin. Testimonial Sobre la Revolucion Cubana. Buenos Aires, 1960.
- FRANQUI, Carlos. Retrato de Família com Fidel. Ed. Record: RJ, 1981.
- IGLESIAS, Abelardo. Revolution and Counter-Revolution in Cuba. Buenos Aires, 1963.
- GUEVARA, Che. Discusión Colectiva, decisión y responsabilidad únicas. Havana, 1961.
- TAAFE, Peter. Análise da Revolução Cubana. Disponível em: [http://www.sr-cio.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=206:analise-da-revolucao-cubana&catid=45:historia&Itemid=62](http://www.sr-cio.org/index.php?option=com_content&view=article&id=206:analise-da-revolucao-cubana&catid=45:historia&Itemid=62). Acessado em fevereiro de 2009.
- BUCH, Luis & SUÁREZ, Reynaldo. Otros Pasos del Gobierno Revolucionario. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2002.
- BAKUNIN, Mikhael. Textos Anarquistas. L&PM: Porto Alegre, 1999.
- MARX, O Manifesto do Partido Comunista. LCC Publicações Eletrônicas, s/d. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/manifestocomunista.htm>. Acessado em fevereiro de 2009.

# O COMUNISMO DE CONSELHOS E A CRÍTICA AO BOLCHEVISMO

Lucas Maia

[maiaslucas@yahoo.com.br](mailto:maiaslucas@yahoo.com.br)

Este texto objetiva demonstrar como a perspectiva conselhistas considerou historicamente o bolchevismo. A maneira como este se apresentou ou como apareceu nos anos de 1920, momento em que se fortaleceu e adquiriu amplitude internacional, era ainda identificado com socialismo ou comunismo. Em que pese alguns já começassem a duvidar dos rumos que tomava a revolução russa, principalmente após o décimo congresso do partido comunista russo, que se realizou sob os escombros de Kronstadt.

Na Rússia, a situação já havia se aclarado sobremaneira, no restante da Europa, as imagens ainda apareciam meio nebulosas. Se a social democracia já havia sido derrotada teórica e praticamente nos anos 1920 e 1930, o bolchevismo conheceu nestas décadas seu apogeu enquanto prática de estado na Rússia e de partidos comunistas no mundo inteiro. Entretanto, do ponto de vista teórico, já no início dos anos 20, a perspectiva bolchevique já havia recebido sérias críticas. E o panfleto de Lênin, “*O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*” publicado em 1920, é uma resposta bolchevique a estas críticas.

O bolchevismo é um fenômeno historicamente determinado. Surge num contexto específico e num período muito bem determinado da sociedade russa. A social democracia que aparece na Alemanha no último quartel do século 19, durante o século 20 estende-se para vários países. Assim o foi com a Rússia. Entretanto, dadas as condições históricas específicas deste país, logo de início duas tendências começam a se separar dentro do partido.

A Rússia tinha ainda no século 20 uma estrutura social singular. Mesclava uma produção tipicamente capitalista em

algumas cidades, como São Petersburgo, que depois passou a ser chamada de Petrogrado, Kharkov, Moscovo etc., com uma estrutura fundiária e uma organização estatal tipicamente feudais. Os governos czaristas eram conhecidos por sua violência e repressão. Deste modo, o partido social democrata russo vivia ora na clandestinidade, ora na legalidade.

O debate interno no partido girava em torno de uma questão central que a realidade russa naquele momento colocava. O partido deve incentivar e lutar por uma revolução socialista ou por uma revolução burguesa para que esta crie as condições do socialismo? No congresso de 1903 do partido social democrata russo, houve a cisão completa. De um lato ficaram os que defendiam a segunda proposta, os *mencheviques*, que em russo quer dizer *minoritário* e defendendo a primeira, ficaram os *bolcheviques*, que quer dizer *majoritário*.

Dois elementos estruturam a ideologia e a política bolcheviques:

*Primeiro* – A classe operária só consegue adquirir uma consciência sindical, portanto nunca é revolucionária. É necessário que a consciência revolucionária venha de fora, que seja produzida pelos intelectuais pequeno-burgueses, que tiveram acesso à ciência, e às doutrinas econômicas e socialistas. Lênin assim o diz:

Os operários, já dissemos, não podiam ter ainda a consciência social-democrata. Esta só podia chegar até eles a partir de fora. A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis

necessárias aos operários etc. Quanto à doutrina socialista, nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes proprietárias, pelos intelectuais (Lênin, 1988, p. 25)

Este texto, publicado em 1902, ou seja, antes da cisão dentro do partido, mas que permanece como centro da perspectiva bolchevique, demonstra claramente a total incompreensão que Lênin possui com relação aos processos sociais e principalmente no que se refere à transformação revolucionária da sociedade. Confunde consciência de classe do proletariado com “doutrina socialista”, a própria idéia de doutrina já é em si problemática pois remete a algo definido, acabado de uma vez por todas, restando somente apreender o que já existe. Algo religioso. De fato, não se trata de uma “doutrina socialista”, mas sim de teoria revolucionária, ou seja, aquela que expressa, do ponto de vista teórico, o movimento revolucionário do proletariado. Deste modo, não está encerrada, mas sempre aberta e buscando compreender e auxiliar o proletariado quando em luta para realização de seus interesses de classe.

Esta idéia, que, aliás, é tomada de empréstimo de Kautsky, segundo a qual a consciência revolucionária é sinônimo de conhecimento da ciência e das “doutrinas socialistas” expressa o quanto Lênin não entendeu o processo de ascensão da consciência revolucionária. Se tivesse tido o cuidado de ler Marx mais atentamente, verificaria que alguns elementos teóricos profundos já estão presentes ali e nos ajudam a compreender como este processo se dá.

A consciência revolucionária não é separada no proletariado de uma prática revolucionária. Na verdade, a consciência de classe não se desenvolve no proletariado, tendo este acesso à literatura socialista. Em que pese alguns indivíduos, mesmo com todas as

dificuldades presentes na vida dos trabalhadores, consigam conhecer e debater tais teorias. Mas em larga medida, a ascensão da consciência se dá na luta cotidiana dos trabalhadores, não é obtida somente através de um ensino racional, feito pelo partido, escola ou qualquer outra instituição burguesa, mas fundamentalmente pelo processo de auto-educação no qual a classe trabalhadora adquire a consciência de sua condição e das suas potencialidades. Num tal momento, temos a emergência de um movimento revolucionário, que é espontâneo, descentralizado, sem dirigentes etc. Num tal movimento, os grupos políticos, mais do que dirigir e dar a linha do que deve ou não ser feito, vão a reboque. Mais do que determinar o movimento, são determinados por este. Com relação ao desenvolvimento da luta operária, Marx assim se expressa:

Assim, a coalizão tem sempre um duplo objetivo, o de fazer cessar a concorrência entre os operários, para poderem fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo de resistência não foi senão a manutenção dos salários, à medida que os capitalistas por sua vez se reúnem num mesmo pensamento de repressão, as coalizões, a princípio isoladas, formam-se em grupos, e diante do capital sempre unido, a manutenção da associação torna-se mais necessária para os operários do que o salário. Isto é de tal modo verdadeiro, que os economistas ingleses se mostram muito espantados de ver os operários sacrificarem uma boa parte do salário em favor das associações que, aos olhos destes economistas, não foram criadas senão para defesa do salário. Nesta luta – verdadeira guerra civil – reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político (Marx, s/d, p. 148).



Deste modo, não há consciência revolucionária que não seja produto de uma prática revolucionária. Entretanto, esta não se desenvolve como caída dos céus ou vinda de fora. É um processo que se desenrola com avanços, retrocessos, inicia-se muitas vezes com reivindicações ainda limitadas (como melhores salários, melhores condições de trabalho etc.), evoluindo às vezes para condições nas quais a realidade burguesa é negada, suprimindo os capitalistas, o estado, as burocracias, o salário etc. Deste modo, a condição para o comunismo ou autogestão social, não é o conhecimento por parte dos trabalhadores de toda uma “doutrina socialista”, mas sim o desenvolvimento de sua luta e portanto de sua autoconsciência no sentido de afirmar sua autonomia. Portanto, a consciência não pode vir de fora, pois deve ser produto do desenvolvimento das próprias lutas dos trabalhadores.

E não é isto que Marx ainda nos diz?

São os homens que produzem suas representações, suas idéias etc. mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. *A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real.* E, se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmara escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (Marx & Engels, 2002, p. 19) (grifos nosso).

Vemos na ideologia leninista nada mais nada menos do que o processo de transformação revolucionária da sociedade dentro da câmara escura, ou

seja, de cabeça para baixo. Lênin e os leninistas não conseguiram ou não quiseram entender os fundamentos elementares do marxismo. A idéia de que a consciência vem de fora, é a aceitação de que o proletariado só existe enquanto classe da sociedade burguesa. A concepção segundo a qual o proletariado é também o cozeiro desta sociedade é rejeitada, pois ele consegue no máximo chegar a uma consciência sindical. Na verdade, nesta assertiva, o bolchevismo só consegue afirmar a tese marxista dos limites intransponíveis da consciência burguesa. Em outras palavras, a perspectiva bolchevique só conseguiu analisar o movimento operário de um ponto de vista capitalista.

*Segundo* – o outro elemento estruturante do bolchevismo é a ideologia da vanguarda. Este é o complemento necessário à ideologia da consciência vinda de fora. Se os trabalhadores não são capazes por si só de desenvolver uma consciência revolucionária, muito menos são aptos a tomarem eles próprios os rumos de seu movimento. Os únicos competentes para tal tarefa são justamente e curiosamente os mesmos intelectuais pequeno burgueses organizados no partido. Deste modo, os intelectuais produzem a “consciência revolucionária” e o partido dirige a classe operária em direção à revolução.

De novo não é demais citarmos Marx para esclarecer algumas idéias prementes do bolchevismo. Na *Seção II – Proletários e Comunistas*, do “*Manifesto do Partido Comunista*”, Marx e Engels são claros quando afirmam:

Qual a posição dos comunistas diante dos proletários em geral?

Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários.

Não têm interesses que os separem do proletariado em geral.

Não formulam quaisquer princípios particulares a fim de modelar o

movimento proletário (Marx & Engels, 1987, p. 116).

E linhas depois acrescentam:

Praticamente, os comunistas constituem, pois, a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais, teoricamente, têm sobre a grande massa do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário (Marx & Engels, 1987, p. 117).

Esta comparação entre Marx e Lênin tem uma razão. Os comunistas conselhistas ou que se tornaram conselhistas vão enfatizar uma característica do bolchevismo. Este foi o elemento central na revolução russa, que levou a cabo uma revolução burguesa sem burguesia. Isto pode ser evidenciado sob vários aspectos: no campo da produção filosófica, da prática política, do papel histórico desempenhado, tanto na revolução russa quanto na influência dos partidos comunistas em vários países etc.

Se no processo da revolução russa, o bolchevismo foi fustigado por várias tendências de oposição dentro mesmo do partido, como os grupos *Decemistas – Centralistas Democráticos, Oposição Operária e Comunistas de Esquerda; fora, as críticas vieram dos grupos Verdade Operária, o Grupo Operário, de Miasnikov, que se aproximou posteriormente do KAPD e do conselhismo. Ainda, fora do partido recebeu duras críticas, principalmente críticas práticas, como o Movimento Macknovista na Ucrânia em 1920 e a rebelião de Kronstadt em 1921 entre várias greves, manifestações que se desenvolveram até principalmente 1921. Após o décimo congresso do partido, realizado neste ano, com o estabelecimento da ditadura do partido único, toda forma de oposição era violentamente reprimida. A vitória da “revolução” Bolchevique representou o*

esmagamento político dos grupos de oposição e a aniquilação física dos operários e revolucionários críticos do partido e da burocratização inevitável do “estado comunista”.

Vários revolucionários da Europa Ocidental começaram a suspeitar dos rumos que tomava aquele movimento que se desenrolava na Rússia. As críticas começam a ser endereçadas a Lênin e seus partidários. Como já dissemos a resposta de Lênin ao que ele chamou de “esquerdistas” foi seu panfleto “*O esquerdismo, doença infantil do comunismo*”. Em tal obra ele critica os elementos revolucionários que apoiavam e teorizavam os conselhos, de maneira mais ou menos radical, como os espartaquistas, Gorter, Rhüle e Pannekoek na Alemanha e Holanda etc. Também na Itália as frações do partido social democrata que apoiavam o movimento dos conselhos e/ou defendiam o abstencionismo foram criticados por Lênin nesta dita obra comunista. Na Inglaterra, Sylvia Pankhurst é fustigada pelo panfleto, pois também ia na esteira da revolução, buscando compreendê-la de um ponto de vista teórico. Na verdade, este panfleto é uma tentativa de desacreditar internacionalmente os revolucionários que expressavam em sua teoria e em sua prática os interesses mais genuínos dos trabalhadores enquanto classe *para si*, ou seja, enquanto classe revolucionária.

Evidentemente não tardam as respostas. Ainda em 1920, Herman Gorter escreve sua “*Carta aberta ao companheiro Lênin*” (Gorter, 1981), na qual refuta ponto por ponto as objeções que Lênin faz aos autores que buscavam compreender os operários em luta. Entretanto, ainda por esta época não havia se consolidado um “Comunismo de Conselhos”, tal qual se formulou perfeitamente em meados dos anos 20 e na década de 1930. A centralidade do texto de Gorter ao criticar Lênin está na

idéia de tática. Lênin, no seu panfleto toma como modelo de revolução mundial a revolução russa e julga que tal modelo deve ser aplicado às outras nações, por isto a sua tese segundo a qual “a Rússia sintetiza a revolução em escala mundial”.

Gorter adverte que as condições históricas da Europa Ocidental são radicalmente distintas da Rússia. Na Rússia não havia um partido Social Democrata como na Alemanha, que já tinha membros de suas fileiras nos parlamentos, que, portanto, a prática parlamentar deveria ser negada como tática revolucionária. Os sindicatos da Europa Ocidental estavam de tal modo integrados à reprodução capitalista, que também não eram mais instrumento de luta revolucionária do proletariado, tal como poderia ocorrer na Rússia. O proletariado da Europa Ocidental não podia fazer aliança com nenhuma outra classe, pois estavam sozinhos nesta empreitada, não podiam fazer como na Rússia, onde os operários e os camponeses efetivaram a revolução. *Assim, na Europa Ocidental, por causa das condições históricas distintas da Rússia, o sindicalismo, o parlamentarismo e o compromisso de classe deveriam ser rejeitados pelo proletariado.*

Um outro texto, também publicado em 1920 demonstra esta crítica ao bolchevismo, mas destacando as questões táticas. O “*Novo Blanquismo*”<sup>1</sup>, redigido por Anton Pannekoek alerta para os perigos de não se considerar a realidade da Europa Ocidental e importar o modelo da revolução russa. Dirige suas críticas ao que denomina de caráter blanquista do bolchevismo. O blanquismo é fundado nas idéias de August Blanqui, que na década de 1870 teve certa influência sobre os grupos revolucionários da

época, juntamente com o proudhonismo, o marxismo etc. A idéia básica do blanquismo é a tomada do poder de estado por uma minoria “revolucionária”. É precisamente isto que Pannekoek vai criticar, pois de fato qualquer revolução proletária não pode ser feita por uma minoria seja de que partido for, mas sim pelo conjunto da classe operária.

No que se refere à atuação do partido comunista na revolução russa, afirma: “O que se representa aqui é a ditadura do partido, a ditadura neo-blanquista da minoria resoluto”<sup>2</sup>. Mais a frente diz: “E, em consequência de sua doutrina, não é o Partido Comunista em conjunto, mas o comitê central que exerce a ditadura”<sup>3</sup>. Conclui da seguinte maneira:

Não somos fanáticos pela democracia, nem temos qualquer respeito supersticioso pelas decisões majoritárias. Tampouco pagamos tributo à crença de que tudo que acontece está bem. A ação é crucial, a atividade é poderosa. Onde o poder é um fator, queremos usá-lo. Se, apesar disso, rejeitamos decididamente a doutrina da minoria revolucionária, é porque ela conduz a um poder aparente, a vitórias aparentes e, portanto, a graves derrotas. Será aplicável num país onde a massa é apática, dependendo de sua classe, como, por exemplo, uma massa camponesa, que não vê nada que não seja a sua vila e a face passiva da política nacional; lá, uma minoria proletária ativa da população poderia conquistar o poder estatal. *Mas, se esta tática não foi ensaiada ou recomendada na Rússia, é surpreendente vê-la recomendada para os países europeus ocidentais, onde vigoram circunstâncias muito diferentes*<sup>4</sup> (grifos meus).

De novo aparece aqui a idéia de que há divergências táticas exigidas pelas

---

<sup>1</sup> PANNEKOEK, Anton. *O novo blanquismo*. Disponível em: <http://www.geocities.com/autonomiabvr/>, acesso em 13/11/2007

---

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Idem.

condições históricas distintas. Entretanto, já começam a ser apontados os limites e os reais interesses do bolchevismo. Aqui ele já é denominado de blanquismo, ou seja, o que importa é a conquista do poder estatal e por mais que se diga que a conquista do poder estatal é a revolução, apresenta-se uma contradição nos termos. E isto Pannekoek expressa de maneira completamente exata: “O verdadeiro exemplo russo terá de ser buscado nos dias anteriores a novembro de 1917: o partido bolchevique ainda não tinha dito e nem mesmo acreditava que devia tomar o poder ou que sua ditadura era a ditadura das massas operárias”<sup>5</sup>. Ou seja, a verdadeira experiência operária deve ser procurada antes do golpe blanquista dos bolcheviques, antes de sua chegada ao poder.

Também do ponto de vista teórico, as premissas do bolchevismo são duramente criticadas no início dos anos 20. Um trabalho de extrema importância, publicado em 1923 intitulado “*Marxismo e Filosofia*”, escrito por Karl Korsch, representa uma séria crítica aos fundamentos ideológicos tanto do kautskismo, quanto do leninismo. Para ele, estas “(...) formas ideológicas do marxismo ortodoxo, nascidas da velha ortodoxia marxista russa e internacional, já só representam hoje formas históricas em desaparecimento que *pertencem a um período passado do movimento operário moderno* (Korsch, 1977, p. 57) (grifos nossos).

A grande contribuição desta obra é a tese segundo a qual para se compreender o marxismo, deve-se aplicar o marxismo a ele próprio. Se o materialismo histórico-dialético é um método e uma teoria da sociedade adequado para compreender todos os fenômenos sociais, por que não utilizá-lo para compreender seu próprio desenvolvimento? É partindo desta

premissa que ele conclui que o marxismo é a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado. Quando este avança no sentido de se autonomizar, no sentido de constituir suas próprias formas de organização, no sentido de realizar seus interesses, também o marxismo se atualiza e se radicaliza. Quando o movimento operário se retrai, também o marxismo recua. A social democracia e o bolchevismo são a comprovação desta tese. No final do século 19 e início do século 20, o movimento operário experimentou décadas de ostracismo. A social democracia e o bolchevismo foram seu produto direto. De 1917 a 1923, o movimento operário se reavivou em toda a Europa: o comunismo de conselhos foi seu resultado.

Entretanto, à medida que a década de 20 avança e os anos 30 vão chegando, as posições vão se depurando. Nos anos 30, a social democracia está completamente morta, o bolchevismo chegou às últimas conseqüências com sua política blanquista, ou melhor, capitalista estatal. Diante deste quadro, grande parte daqueles indivíduos e grupos políticos que se opuseram de início ao bolchevismo têm diante de si uma situação que permite delimitar com clareza as condições e as posições de cada grupo. *A partir daí temos a consolidação da perspectiva conselhistas.*

Em setembro de 1939, Otho Rhüle publica um texto intitulado: “*A Luta Contra o Fascismo Começa pela Luta Contra o Bolchevismo*”. Para ele o:

(...) estado soviético serve de modelo ao fascismo, deve conter características estruturais e funcionais comuns. Para determinar quais, é-nos preciso regressar à análise do “sistema soviético”, tal como foi inspirado pelo leninismo, que é a aplicação dos

---

<sup>5</sup> Idem.

princípios bolcheviques às condições russas<sup>6</sup>.

Ou seja, a política stalinista é a consequência necessária da ideologia leninista de fetichização das organizações burocráticas, o partido, o estado, os sindicatos. Dadas as semelhanças entre o fascismo italiano, alemão e a prática bolchevique no estado soviético, ele conclui seu texto da seguinte maneira:

Estes nove pontos demonstram uma oposição irreconciliável entre o bolchevismo e o socialismo. Eles ilustram, com toda a clareza necessária, o caráter burguês do movimento bolchevique e o seu parentesco próximo com o fascismo. Nacionalismo, autoritarismo, centralismo, direção do chefe, política do poder, reino do terror, dinâmicas mecanicistas, incapacidade de socializar - todos esses traços fundamentais do fascismo existiam e existem no bolchevismo. O fascismo não passa de uma simples cópia do bolchevismo. Por esta razão, a luta contra o fascismo deve começar pela luta contra o bolchevismo<sup>7</sup>.

Se Pannekoek classificou o bolchevismo como blanquismo em 1920, Helmut Wagner o classificou como Jacobinismo em 1933 nas suas "*Teses Sobre o Bolchevismo*". Não vamos nos estender sobre seu texto, mas na tese 21 ele afirma:

O princípio básico da política bolchevique – a conquista e o exercício do poder pela organização – é jacobino; a grandiosa perspectiva política e sua realização, através da tática da organização bolchevique de lutar pelo poder, é jacobina; a mobilização de todos os meios e forças da sociedade aptos para o derrocamento do oponente absolutista, combinada com a aplicação de todos os métodos que prometiam êxito, as manobras e os compromissos do partido

bolchevique com qualquer força social que se possa usar, ainda que só por um instante e no setor menos importante... tudo isso é espírito jacobino. Finalizando, a concepção essencial da organização bolchevique é jacobina, pois consiste na criação duma organização estrita de revolucionários profissionais que é, e continuará sendo, a ferramenta dócil e militarmente disciplinada duma direção onipotente<sup>8</sup>.

Veja que tal como Pannekoek, o caráter golpista do bolchevismo é criticado, posto que não contribui, mas pelo contrário, refluí o movimento do proletariado em direção à revolução. Entretanto, agora Wagner tem muito mais elementos, pois que a prática bolchevique já se consolidou, por isto na sua tese 58 ele afirma:

A economia russa está determinada essencialmente pelas seguintes características: apóia-se nas bases de uma produção de mercadorias; é gerida segundo as normas da rentabilidade; revela um sistema capitalista de remuneração, com salários e ritmos de trabalho acelerados; e, por fim, leva os refinamentos da racionalização capitalista ao extremo. *A economia bolchevique é produção estatal que utiliza métodos capitalistas*<sup>9</sup> (grifos no original).

Em outras palavras, o bolchevismo é jacobino em sua política "revolucionária" e capitalista em sua prática como poder constituído. No final das contas, o bolchevismo é uma organização com objetivos e práticas burguesas utilizando um cabedal conceitual pseudo-"marxista", mas que de fato jamais compreendeu o marxismo, pois este só pode estar de acordo com uma prática revolucionária do proletariado.

---

<sup>6</sup> RUHLE, Otho. *A Luta Contra o Fascismo Começa pela Luta Contra o Bolchevismo*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/ruhle/1939/09/luta-contra-fascismo.htm>, acesso em 24/11/2007.

<sup>7</sup> idem.

---

<sup>8</sup> WAGNER, Helmut. *Teses Sobre o Bolchevismo*. Disponível em:

[http://www.geocities.com/jneves\\_2000/marxismo/tafas.htm](http://www.geocities.com/jneves_2000/marxismo/tafas.htm), acesso em 13/11/2007.

<sup>9</sup> idem.

Foi justamente este aspecto que Pannekoek observou no seu livro “*Lênin Filósofo: exame crítico dos fundamentos filosóficos do leninismo*”. Publicado pela primeira vez em 1938, esta obra é a palavra final no que diz respeito em demonstrar que a prática burguesa do bolchevismo, também aparece no domínio da “filosofia leninista”. Novamente, dadas as condições históricas peculiares daquele país, no qual a burguesia não tinha poder suficiente para levar a cabo sua revolução, foi necessário que outras classes o fizessem, o campesinato e o proletariado. Os bolcheviques foram a fração da burocracia que conseguiram conduzir de tal maneira os rumos que a revolução trilhou para que esta adquirisse um caráter burguês, sem que a burguesia estivesse na direção.

O que Pannekoek demonstra é justamente os fundamentos burgueses do pretense materialismo histórico do leninismo. Dada a influência que os populistas estavam tendo dentro do partido social democrata russo, Lênin escreve um texto filosófico “*Materialismo e Empiriocriticismo*” para reafirmar a concepção materialista da história, pois de acordo com ele Mach e os populistas eram idealistas.

Pannekoek observa que a crítica que Lênin dirige a Mach, Dietzgen, Avenarius não procede, pois eles não são o que Lênin julga que são. Não analisaremos aqui os equívocos de Lênin, para tanto, basta consultar o texto de Pannekoek. Pannekoek afirma, para desacreditar Mach, Lênin “intenta imputar a Mach concepções que este jamás há tenido” (Pannekoek, 2004, p. 331)<sup>10</sup>. O mesmo se dá com Avenarius e Dietzgen.

Entretanto, o que é central é a demonstração que Pannekoek faz das

origens burguesas do materialismo de Lênin. A base social para a construção do materialismo burguês foi a ascensão revolucionária da burguesia. Quando esta necessitava derrotar a feudalismo e o absolutismo, desenvolveu uma interpretação materialista do mundo. Entretanto, tal materialismo é abstrato, não conseguindo compreender a historicidade das relações sociais. No fundo, a origem do materialismo burguês está no desenvolvimento das ciências da natureza. Com relação à produção do conhecimento, o materialismo burguês tem algumas premissas centrais. De acordo com Pannekoek, são elas: a) o materialismo burguês se apóia nas ciências da natureza; b) por isto os seres humanos são os animais mais desenvolvidos da escala zoológica, sendo determinados deste modo pelas leis naturais; c) as idéias são produtos do cérebro; d) a consciência ou espírito é um reflexo do mundo exterior.

Não é curioso que Pannekoek encontre estas características presentes no livro de Lênin, daí ele afirmar que o materialismo leninista ser um materialismo burguês e não histórico-dialético. O “*Materialismo e Empiriocriticismo*” de Lênin é na verdade uma obra política, na qual ele busca desacreditar um conjunto de idéias que vinham repercutindo dentro do partido e ele não podia perder a hegemonia que possuía em tal organização. Pois o que é a teoria do reflexo presente nesta obra, senão a idéia de que a consciência reflete o mundo exterior? O que significa o uso por parte de Lênin das teorias das ciências naturais para provar seus princípios materialistas, senão que seu pensamento funda-se nas ciências naturais?

Não falamos aqui de outros bolcheviques, pois consideramos que em linhas gerais seguem a cartilha de Lênin. Tal como demonstra Paul Mattick em artigo intitulado “*Stalinismo e*

---

<sup>10</sup> Esta obra pode ser encontrada em: [http://www.geocities.com/cica\\_web](http://www.geocities.com/cica_web).



*Trotskismo*”, publicado em 1947, há uma direta continuidade entre estes três membros “ilustres” da burocracia capitalista soviética.

Para concluir, o que buscamos demonstrar é que o bolchevismo não é uma continuação ou aprofundamento do marxismo, mas pelo contrário, está em total oposição com este. Tanto do ponto de vista político, quanto teórico, o

bolchevismo é pré-marxista, portanto, burguês. Korsch nos dá a explicação marxista para os fundamentos capitalistas do bolchevismo. Se Rühle afirma que a “*Luta Contra o Fascismo Começa Pela Luta Contra o Bolchevismo*”, podemos ampliar e dizer que a luta contra o capitalismo começa pela luta contra o bolchevismo, posto que este é a última trincheira da burguesia.

### Referências

- GORTER, Herman. **Carta Aberta ao Companheiro Lênin**. In: Tragtenberg, Maurício (org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LENIN, Vladimir Ilich. **Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão do Livro, s/d.
- \_\_\_\_\_. & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. & \_\_\_\_\_. **Cartas filosóficas & Manifesto Comunista de 1848**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.
- PANNEKOEK, Anton. *O novo blanquismo*. Disponível em: <http://www.geocities.com/autonomiabvr/>, acesso em 13/11/2007.
- \_\_\_\_\_. **Lenin filósofo**. In: *La izquierda comunista germano-holandesa contra Lenin*. Disponível em: [http://www.geocities.com/cica\\_web](http://www.geocities.com/cica_web), acesso em 13/11/2007.
- RUHLE, Otho. *A Luta Contra o Fascismo Começa pela Luta Contra o Bolchevismo*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/ruhle/1939/09/luta-contra-fascismo.htm>, acesso em 24/11/2007.
- WAGNER, Helmut. *Teses Sobre o Bolchevismo*. Disponível em: [http://www.geocities.com/jneves\\_2000/marxismotarefas.htm](http://www.geocities.com/jneves_2000/marxismotarefas.htm), acesso em 13/11/2007.

## O GRUPO COMUNISTA INTERNACIONALISTA DA HOLANDA

*Anton Pannekoek*

A Primeira Guerra Mundial e as posteriores revoluções na Rússia e Alemanha colocaram novos problemas e promoveram profundas mudanças nas idéias dos operários e dos socialistas. O Partido Social-Democrata Alemão, uma poderosa organização que aparentemente tendia a conquistar a hegemonia política e, portanto, estabelecer o socialismo, mal alcançou o poder e se dedicou a restaurar o capitalismo. Na Rússia, os operários venceram o czarismo e tomaram a posse das fábricas e da terra; atualmente o capitalismo de Estado os levou a uma escravidão ainda mais rigorosa sob uma nova classe de senhores. E o culpado não foi somente o reformismo; as mais notáveis vozes do radicalismo inflexível, conhecidos como marxistas, tais como Kautsky e Lênin, contribuíram com este resultado. Sem dúvida, algo ruim deve existir na doutrina dominante.

A doutrina dominante dizia que os proletários instaurariam um governo socialista através de eleições parlamentares; então os políticos e representantes teriam que levar adiante a tarefa essencial de expropriar os capitalistas, abolir a propriedade privada dos meios de produção, e organizar a produção. O sistema derivado desta concepção é a propriedade pública, onde os operários são assalariados a serviço do Estado, o que é totalmente distinto da propriedade coletiva, na qual os operários são os donos diretos das empresas e regulam o próprio trabalho. No último caso surge o problema de como estas empresas podem ser combinadas em uma organização social corretamente planejada. Depois de debates polêmicos e intensa atividade cultural, distintos grupos esquerdistas se afastaram dos partidos socialistas e comunistas e

buscaram descobrir que outras formas de ação poderiam levar a classe operária à liberdade.

Os refugiados políticos na Holanda que haviam tomado parte nas lutas dos operários alemães de 1920 a 1921, na rebelião do Ruhr e nas fábricas da Saxônia, haviam experimentado a riqueza das iniciativas e capacidades que surgiam das massas quando estas enfrentavam a tarefa de organizar-se a si mesmas, sua vida e sua luta. Na Holanda, devido a sua situação no meio de influências inglesas, francesas e alemãs, havia penetrado um entendimento teórico fundamental em amplos grupos de operários e intelectuais. Da colaboração entre estes surgiu um grupo de militantes, chamado “Grupo de Comunistas Internacionalistas” (GIC), que se dedicou ao estudo da base econômica da nova sociedade. Sabiam muito bem que a revolução dos operários não traria imediatamente, como por um milagre, um mundo de abundância no qual todos poderiam consumir o que quiser. A nova ordem socialista tinha que ser construída através de uma dura luta e árduo trabalho de deliberação, por meio de uma organização bem desenhada, segundo regras de estrita igualdade proletária. Cada forma de sociedade tem sua base material sólida em um sistema econômico, um modo de produção e distribuição, que determina sua estrutura e caráter. Já anteriormente à guerra, principalmente depois, muitos autores se ocuparam deste problema econômico (Kautsky, Hilferding, Neurath, Leichter, Max Weber, Cole, etc.). Porém, todos assumiram como base a necessidade de um poder central de direção, um governo que imponha sua regulação sobre as distintas unidades de produção. Os

escritores anarquistas proclamaram a autonomia das distintas oficinas; porém, deixavam a conexão destas em uma organização dependente da boa vontade.

Quando o GIC estudou o problema principal do socialismo, de como combinar a liberdade com a organização, percebeu que somente tinham que dar continuidade às indicações do pensamento exposto por Marx em pequenas notas ocasionais, em *O Capital*, e em suas observações ao Programa de Gotha do Partido Social-Democrata Alemão. Marx não falava ali de socialismo de estado, ao que ele se opôs radicalmente, mas da “associação dos produtores livres e iguais”, dirigindo eles mesmos o seu trabalho; ele afirmou que ao invés do valor e do dinheiro seria o “tempo médio de produção”, medido em horas de trabalho, que formaria a base do novo sistema econômico. Estas idéias, que os escritores “marxistas” abandonaram por completo, foram objeto do trabalho pelos autores do GIC em um importante livro: *Princípios Fundamentais da Produção e Distribuição Comunistas*, que apareceu em 1930 em alemão e holandês. Ali se demonstra que através da contabilidade em cada empresa, completada pelo registro e pela contabilidade dos processos de produção social, com base nas horas gastas, os mesmos operários eram capazes de supervisionar e dirigir a produção e distribuição por si mesmos. Os corpos de delegados, os “conselhos operários” são os instrumentos para organização das empresas separadas em uma totalidade. Demonstrou-se que esta não era simplesmente uma forma possível e melhor que o socialismo de Estado, mas que era a única forma possível. Não é possível para uma burocracia central de funcionários e especialistas determinar todas as necessidades, prescrever todo o trabalho e supervisionar todos os processos em seus detalhes; todos os sistemas

propostos conduzem à arbitrariedade na distribuição por uma minoria dominante. O autogoverno dos produtores livres e iguais, por outra parte, podia regular a produção e distribuição sem dificuldade, sendo as regras e decisões impostas por realidades econômicas. As dificuldades surgem da interposição de um poder estatal entre a produção e o consumo. Desta maneira, as aspirações de autodeterminação que surgiam nos operários, do mero sentimento e do programa político se converteram na encarnação de uma necessidade econômica. Desta maneira se estabeleceu um fundamento científico para a tarefa de autolibertação da classe operária.

É lamentável que este livro não esteja acessível para os operários ingleses (a maior parte da edição na Alemanha foi destruída com a ascensão do nazismo), porque sua base prática poderia ter apelado com intensidade à mentalidade prática inglesa. Agora que o capitalismo cresceu em um poder internacional, e as condições de luta tendem a ser mais uniformes no mundo, os operários em todos os países deveriam investir mais tempo em um intercambio internacional de experiências e idéias.

Naquele momento, este estudo deu um forte impulso à propaganda do pequeno grupo. Em sua declaração de princípios o GIC recusou os partidos políticos e os sindicatos e proclamou os conselhos operários como a forma de organização do autogoverno. Conclamou os operários a encarar a luta pela produção comunista, a tomar em suas próprias mãos a direção e administração da produção e distribuição de acordo com uma planificação geral, e realizar, desta forma, a associação de produtores livres e iguais.

O GIC não se constituiu em novo partido que buscava conseguir aderentes; expôs o princípio de que em toda ação prática de luta verdadeira os operários têm que atuar – e atuarão – com uma

unidade sólida, contra a qual as diferenças entre os grupos e os partidos e os sindicatos são fúteis. Além de vários panfletos, o GIC produziu regularmente “materiais de imprensa” postos à disposição de todos os grupos que quiseram publicá-los, nos quais se tratavam dos eventos contemporâneos a partir deste novo ponto de vista. Assim, em discussão amistosa com outros grupos esquerdistas, opondo-se intensa e fundamentalmente aos socialistas no poder e aos partidos comunistas, o GIC difundiu suas idéias. No Raete-Korrespondenz (Correspondência Conselhistas), de periodicidade irregular, abordavam questões teóricas. Em 1938, o GIC publicou em alemão *Lenin als Philosoph (Lênin Filósofo)*, no qual se demonstra que Lênin, em suas idéias filosóficas básicas, se encontrava em uma posição oposta ao marxismo; pela carência de meios financeiros só pode ser publicada em um número limitado de cópias.

Depois da guerra, o GIC se articulou com o grupo Spartacus que, em grande parte, seguiu na mesma direção; o qual tinha um número de membros maior, porém na luta clandestina contra os alemães havia perdido seus porta-vozes mais proeminentes. Agora publicam em conjunto o semanário Spartacus, o único semanário que faz da luta de classe inflexível da classe operária pela liberdade e domínio da produção a base e o conteúdo de toda a sua propaganda. Um livro sobre *De Arbeudersraven (Os Conselhos Operários)*, expondo estas opiniões (que também existe em versão inglesa em manuscrito), foi publicado por eles no ano passado.

---

Artigo publicado originalmente em 1947.

Tradução: Nildo Viana.